

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : A Crítica

CLASS. : 183

DATA : 13 08 87

PG. : _____

CNBB não considera uma intromissão

O secretário executivo da CNBB — Conferência Nacional dos Bispos do Brasil/Norte I, José Maria Pinheiro disse ontem que não vê como intromissão o envio de propostas de emenda à Constituição do Movimento de Jovens Católicos de Austrália, para que o estado brasileiro aceite o conceito de soberania restrita sobre as terras indígenas, impedindo-se assim, a exploração das riquezas minerais na Amazônia e em outras áreas nacionais, habitadas por silvícolas, conforme denúncia formulada pelo jornal "O Estado de São Paulo", revelando que o lobby austríaco está sendo coordenado pelo Conselho Indigenista Missionário — Cimi, órgão da CNBB.

Ele justificou que vê com simpatia quando grupos externos se manifestam a respeito de problemas nacionais, mas por outro lado frisou que acha também que esses grupos não podem exigir que suas propostas sejam aceitas. "Elas devem vir mais em forma de contribuição", disse o padre, afirmando que prefere estar sempre do lado dos grupos que tenham interesses sociais — mesmo que esses grupos sejam estrangeiros — do que de grupos de brasileiros com interesses apenas pessoais, com referência clara aos grupos de mineração que exploram as riquezas minerais há anos, mas que nenhum benefício trazem para as classes mais pobres.

O secretário executivo da CNBB/Norte I, enfatizou que não é contra a exploração mineral, mas é contra a maneira como es-

sa exploração está sendo feita, porque beneficia somente a determinados grupos. "A grande riqueza do solo e subsolo brasileiro beneficia apenas grupos e pessoas, não havendo retorno para as populações de baixa renda", acrescentou, reafirmando que não vê porque a exploração de riquezas é feita, porque sempre está prejudicando áreas e nações minoritárias, que são os povos indígenas.

Para o padre José Maria Pinheiro, as opiniões devem ser analisadas e estudadas. Acredita, por outro lado, que os grupos católicos não têm interesses nas riquezas. "Eles são sensíveis aos problemas sociais causados", disse. "O movimento de Jovens Católicos da Austrália deu uma sugestão, mas não a impôs", ressaltou o padre.

O padre José Maria Pinheiro disse que vê com simpatia a proposta do grupo austríaco, porque primeiramente devemos nos preocupar com o social, e o respeito aos povos indígenas, que são os grupos minoritários mais prejudicados. "Se um país de fora vê a situação de exploração, não tem por que não se estudar e analisar suas propostas", enfatizou, dizendo que se a preocupação é muito grande com a intromissão de grupos estrangeiros, por que então não se ataca o FMI e as multinacionais, que são intromissões de fora.

GEÓLOGOS

A posição da Associação dos Geólogos do Amazonas, é totalmente contrária a es-

sa intromissão do Movimento de Jovens Católicos da Austrália na Constituinte. Segundo o presidente da Associação, João Frederico, "mais uma vez nós somos confundidos como sub-raças, porque são conduzidas propostas alienígenas que visam desmoralizar a capacidade intelectual consciente do povo brasileiro, em criar sua soberania própria em defesa dos seus interesses sócio-econômicos".

"Não é a primeira vez que nos deparamos com a presença de documentos que chegam às autoridades, através de grupos estrangeiros que têm interesses sobre a Amazônia, objetivando resguardar áreas para lobbys, não perfeitamente esclarecidos diante da opinião pública", disse o presidente da Associação, asseverando que o Movimento de Jovens Católicos da Austrália, na sua opinião, vem ratificar o ápice de toda essa manobra da internacionalização da Amazônia, já amplamente denunciada na imprensa e que certamente tem a participação do Cimi. "É necessário que o povo brasileiro, e principalmente o amazonense, procure conhecer a proposta e as pretensões desse Conselho Indigenista, manipulado por soldados defensores da causa indígena e não os deixem apresentar nenhuma alternativa para o índio aculturado brasileiro", disse.

Asseverou ainda, João Frederico que não acredita que essa ação ousada desses jovens australianos tenham respaldo constitucional, pois, caso contrário, estaríamos condenando ao engodo e à execução de idéias e pensamentos de outras nações.